

PROGRAMA **DE** **GOVERNO**
UNIDADE POPULAR PELO SOCIALISMO
PREFEITURA DE SÃO PAULO - 2024

Trabalhadores Contra Privatizações e Fascismo:
EM DEFESA DO SOCIALISMO E DO PODER POPULAR EM SÃO PAULO

Estamos numa sociedade profundamente dividida em classes sociais. De um lado, as classes ricas, proprietárias, donas das terras, bancos, grandes empresas, comércios, usinas, mineração e agronegócio com seus imensos privilégios; do outro, a imensa maioria da população, a classe trabalhadora e os povos, que somam o conjunto dos explorados e oprimidos.

Esta forma como está organizada a sociedade, chamada capitalismo, além de gerar desigualdades extremas, crises econômicas como a que vivemos hoje no mundo, gera também o aumento da pobreza e miséria, mudanças climáticas profundas, ditaduras fascistas e guerras.

Em momentos como este, fica claro que “socialismo ou barbárie” segue sendo uma palavra de ordem atual, pois a luta de classes se acirra ferozmente.

Enquanto as hordas fascistas defendem abertamente as ditaduras, as torturas, as chacinas contra o povo pobre e a exploração das nações e dos trabalhadores, se desenvolve, no lado oposto, a força e a organização da classe trabalhadora expressa no volume cada vez maior de greves em diversos países, como a greve dos trabalhadores na educação federal no Brasil, e as revoltas populares que ocorrem constantemente, como os acampamentos nas universidades dos Estados Unidos contra o genocídio do povo palestino. Também têm ocorrido manifestações em toda a América.

Nesse contexto, cresce o volume das pessoas que não aguentam mais esse sofrimento e buscam se organizar politicamente no nosso país.

Quanto à luta de classes no Brasil, devemos levar em consideração de maneira muito séria que o movimento dos fascistas, de Bolsonaro e dos generais golpistas, segue se articulando e sendo uma força política que se constitui como uma ameaça real à democracia. Esse setor encabeçado pelo PL, que dirige partidos e parlamentares do “centrão”, empresários financiadores da tentativa do golpe de 8 de janeiro 2023 e os generais fascistas, segue impune e, no Congresso Nacional, “passando a boiada” e as políticas ultraneoliberal.

Por outro lado, o governo Lula coloca em prática uma política econômica que privilegia o pagamento da dívida pública em detrimento da recomposição dos orçamentos da Saúde e da Educação que foram duramente atingidos pelos cortes dos últimos governos da extrema-direita no Brasil. Não enfrenta os interesses dos ricos capitalistas e nem os seus representantes da direita que fazem parte do chamado “centrão” no Congresso Nacional. Após muito pressão reinstalou a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, porém não cumpriu nenhuma das recomendações da Comissão Nacional da Verdade e se recusa a receber os familiares que seguem na luta por Memória, Verdade e Justiça e perguntam “onde estão nossos desaparecidos políticos?”. Em resumo, não consegue dar resposta aos anseios populares de aumento de salário, moradia popular e controle da inflação das mercadorias e serviços essenciais e defesa dos Direitos Humanos.

Devemos considerar a situação do Rio Grande do Sul como um eixo central da luta de classes no Brasil e o exemplo de solidariedade de classe deve impulsionar nossas lutas.

Devemos desmascarar os governos dos ricos, da burguesia, que são os verdadeiros responsáveis por essa tragédia que assola o povo mais pobre e seguem negligenciando as medidas para evitar novas tragédias e promover a reconstrução das vidas das pessoas atingidas.

Diante disso, um dos nossos objetivos é organizar essa classe que é explorada e propor um modelo de sociedade que seja uma alternativa ao que está posto. No centro desse desenho, de base Socialista, deve estar o bem-estar e a segurança da população, sobretudo da classe trabalhadora e o povo mais pobre.

Mas para isso é necessário enfrentar os interesses privados de grandes empresários e do fascismo. Devemos identificá-los, denunciá-los, expor a nu que os problemas não são somente os políticos da burguesia que aparecem no processo eleitoral, mas os empresários bilionários, que são quem, de fato, os financiam, os dirigem e mandam na economia e na política em nosso país. Esta relação impede as cidades e todo o país de resolverem concretamente os problemas sociais que assolam a imensa maioria da população.

Megaprojetos, especulação imobiliária, obras que sempre priorizam as áreas centrais, o uso de grandes empreiteiras para as obras de infraestrutura, e o transporte chamado “público”, que recebe imensos financiamentos e é mantido com dinheiro público, mas que, na prática, é privatizado, são exemplos de muitas outras injustiças respaldadas por leis e acordos que beneficiam centralmente as classes ricas, que se consideram donas das cidades. Denunciar os inimigos da classe trabalhadora é demonstrar estes não resolverão os problemas

estruturais, pois querem manter esse modelo de cidade elitista e capitalista que serve às ricas classes dominantes.

FORTALECER AS LUTAS POPULARES PARA DERROTAR A BURGUESIA E O FASCISMO

Após a conquista do registro eleitoral, a Unidade Popular participará pela terceira vez das eleições. Não será uma tarefa simples, pois a democracia burguesa é uma verdadeira ditadura para a classe trabalhadora e seus partidos. Enfrentaremos todos os tipos de dificuldades. Além da força do poder econômico, a burguesia tudo fará para impedir a mobilização da UP para as lutas sociais, por isso, devemos estar preparados para essa batalha eleitoral, cumprindo nossos objetivos políticos.

A eleição municipal de 2024 é importante e seus resultados terão como consequência os rumos políticos do país no próximo período. Trata-se de uma oportunidade que a Unidade Popular deve aproveitar para crescer sua influência junto ao povo e enfraquecer o fascismo.

Assim, apresentamos O Programa do Poder Popular para São Paulo, uma síntese do conjunto de propostas que resultam dos debates desenvolvidos pelo nosso partido nas cidades de todo o Brasil.

A Unidade Popular deve governar para os trabalhadores, o povo pobre, explorado e oprimidos. Não ficamos presos a acordos de gabinete, nem ao toma lá dá cá. Nosso objetivo é conquistar bases sociais que deem sustentação e apoiem os projetos que desenvolvemos a seu favor, fazendo avançar a emancipação política e econômica do nosso povo.

São Paulo representa a maior economia do Brasil e a 17ª cidade mais rica do mundo. Apesar disso, a desigualdade atinge brutalmente toda a classe trabalhadora.

Os ricos, a burguesia, mandam e desmandam através de seus partidos políticos e garantem que a exploração aumente cada dia mais jogando a crise econômica nas costas daqueles que produzem todas as riquezas. Ricardo Nunes, assim como Bruno Covas e João Doria, representa os interesses desse pequeno grupo de bilionários que não tem nenhum pudor em tomar para si o fruto do nosso trabalho. Cada dia mais alinhado com Bolsonaro e os golpistas, Nunes expressa hoje o avanço da retirada dos nossos direitos em benefício de seus ricos amigos, além de estar envolvido na máfia das creches e ter acusação de violência contra a mulher.

Claro que ele não é o único a representar tal política nefasta. Datena, representando o PSDB, traz consigo toda a herança maldita das políticas desse partido inimigo do nosso

povo. Há ainda candidaturas de influenciadores de internet, que ganham rios de dinheiro enganando o povo e fingem representar uma ruptura da política atual, mas que na verdade querem se aproveitar do poder do Estado para enriquecerem ainda mais.

Por outro lado, a social-democracia não é capaz de apresentar um programa verdadeiramente consequente para enfrentar as políticas neoliberais implementadas por estes governos e candidaturas de direita.

De fato, não é possível superar verdadeiramente as contradições da sociedade capitalista com medidas reformistas. Somente com a organização, mobilização contundente e com muita luta a nossa classe poderá destituir a burguesia do poder e construir uma cidade justa, igualitária, dirigida pelo nosso povo.

Os movimentos sociais, organizados, combativos e ousados, nos mostram o caminho. As ocupações organizadas pelo Movimento de Mulheres Olga Benário em todo o Brasil têm conquistado avanços importantes na defesa dos direitos das mulheres e garantias no enfrentamento a violência doméstica; as lutas do Movimento de Luta nos bairros, vilas e favelas no país conquistaram centenas de moradias populares no último ano, além de garantir alimentação digna para as famílias organizadas no movimento; as greves e mobilizações organizadas pelos trabalhadores, dirigidos pelo Movimento luta de classes têm conquistado aumento real dos salários, melhores condições de trabalho e vida mais digna para as categorias onde atua.

Mais: diversas escolas que estavam na lista proposta no programa de militarização das escolas pelo governador amigo de Bolsonaro, o fascista Tarcisio de Freitas, voltaram atrás nesse projeto nefasto para nossa juventude a partir da mobilização da juventude organizada na União da Juventude Rebelião.

Portanto, cabe à UP desenvolver uma poderosa luta eleitoral, uma campanha anticapitalista e antifascista nas eleições municipais, que aponte para o povo as propostas de superação da crise econômica na perspectiva da classe trabalhadora. Dessa forma, os nossos principais adversários são os representantes do fascismo na cidade. Essa ação política deve estar combinada com a defesa dos interesses mais sentidos do nosso povo, convocando uma grande unidade da classe trabalhadora, das mulheres, dos negros e negras, dos LGBTs, em suma, de todos os explorados para derrotar os governos burgueses e estabelecer o poder popular.

Sabemos que as eleições municipais não são o suficiente para conquistarmos o Socialismo. No entanto, aqueles que lutam por ele devem fazer sua propaganda de forma permanente.

Neste sentido, devemos apresentar para a população a insuficiência de realizar as principais transformações sociais sem superarmos o Capitalismo.

O PROGRAMA NACIONAL DA UP

As eleições de 2024 serão um momento de eleger representantes em nível municipal (vereadores e prefeitos). Porém, o processo eleitoral será um momento de debate não apenas sobre a política local, mas também sobre a conjuntura e lutas políticas e ideológicas gerais e nacionais na sociedade. Sendo assim, o programa nacional da UP será o documento base para nossa atuação nas eleições municipais.

Posto isso, seguem os 25 pontos programáticas de nosso partido, que são a base do programa do Poder Popular e do Socialismo em São Paulo:

1. Controle social de todos os monopólios e consórcios capitalistas e dos meios de produção nos setores estratégicos da economia; planificação da economia para atender às necessidades da população e acabar com as desigualdades regionais e sociais.
2. Nacionalização do sistema bancário e controle popular do sistema financeiro.
3. Fim da espoliação imperialista sobre a economia nacional; estancamento da sangria de nossos recursos para o exterior, pondo fim às remessas de lucros, dividendos, pagamento de royalties e pagamentos da dívida externa; anulação dos acordos e dívidas do Estado com os capitalistas estrangeiros, que foram contraídos contra a soberania e os interesses dos trabalhadores; garantia de total independência econômica do Brasil frente aos países imperialistas, em particular ao imperialismo norte-americano; transferência do comércio exterior para os órgãos do Estado.
4. Reestatização das estatais privatizadas; fim dos leilões do petróleo; revisão das concessões dos portos, aeroportos e estradas brasileiras entregues a empresas privadas.
5. Garantia de emprego e trabalho obrigatórios para todas as pessoas adultas capazes de trabalhar; proibição da exploração do trabalho infantil;
6. Reforma agrária popular; nacionalização da terra e fim do monopólio privado da terra.
7. Anulação dos impostos extorsivos cobrados do povo; imposto sobre as grandes fortunas e progressivo. Quem ganha mais, paga mais.
8. Estatização de todos os meios de transporte coletivo.

9. Educação pública e gratuita para todos e em todos os níveis; fim do lucro na educação. Garantia de livre acesso do povo à universidade e/ou cursos técnicos profissionalizantes; fim do vestibular, vestibulinho ou qualquer processo seletivo.
10. Democratização dos meios de comunicação, com a socialização de todos os grandes canais de televisão, jornais e rádios; garantia a todos os cidadãos de acesso aos meios de comunicação;
11. Ampla liberdade de expressão e organização para os trabalhadores e o povo; fim das doações de capitalistas para campanhas eleitorais;
12. Justiça: juízes e tribunais eleitos pelo povo;
13. Fim da discriminação das mulheres; direitos iguais; fim do racismo e da discriminação dos negros; firme combate à exploração sexual de mulheres e crianças; pela descriminalização e legalização do aborto; lutar contra todas as manifestações lgbtfóbicas; firme punição aos infratores.
14. Fim de qualquer discriminação religiosa, de raça ou sexo; plena garantia à liberdade religiosa;
15. Defesa e proteção do meio ambiente e da natureza; proibição da destruição de florestas; estabelecimento do controle popular sobre a Amazônia e expulsão de todos os monopólios estrangeiros da região;
16. Demarcação e posse imediata de todas as terras indígenas; garantia de escolas diferenciadas para os indígenas e incentivo e apoio às línguas indígenas; defesa da cultura e dos direitos dos povos originários;
17. Garantia de saúde pública e gratuita para todos; fim da exploração dos planos de saúde privados;
18. Defesa e incentivo à cultura nacional e popular; nacionalização de todas as companhias gravadoras de música e produtoras de filmes;
19. Jornada de trabalho: redução para seis horas para todos os trabalhadores e aumento geral dos salários;
20. Estabelecimento de lei garantindo o descanso em dias festivos, domingos e feriados para os trabalhadores, excetuando os setores essenciais;

21. Garantia de moradia digna, saneamento e coleta de lixo para todas as famílias brasileiras; destinar os imóveis abandonados para resolver o deficit habitacional; realização de uma profunda reforma urbana;
22. Julgamento, prisão e confisco dos bens de todos os corruptos;
23. Apoio à luta de todos os povos e países pela libertação da dominação capitalista e da espoliação imperialista; defesa da soberania, independência e autodeterminação dos povos.
24. Pelo fim da polícia militar; fim de qualquer repressão aos movimentos sociais;
25. Punição exemplar para os torturadores e assassinos da ditadura, revisão imediata da Lei da Anistia; todo apoio à luta pela Memória, Verdade e Justiça.

O PROGRAMA DA UP PARA SÃO PAULO

Combate ao Fascismo e Extrema Direita

A luta contra o fascismo e a extrema direita é essencial para garantir a democracia e os direitos dos trabalhadores. Devemos enfrentar as ameaças representadas por figuras como Bolsonaro, Tarcísio, Ricardo Nunes, Datena e outros aliados da extrema direita. Nosso compromisso é denunciar e resistir contra essas figuras, que representam retrocessos e ameaças aos direitos do nosso povo e às liberdades democráticas. Fortalecer a resistência contra as políticas de opressão e violência é fundamental para proteger os direitos do povo e avançar a luta pelo Poder Popular e pelo Socialismo.

Contra as Privatizações e Pela Reestatização de Empresas Privatizadas

Lutamos contra a privatização de empresas e serviços públicos como a Sabesp, Metrô, CPTM, educação, universidades e saúde, rejeitando qualquer tentativa que comprometa o acesso da população a esses serviços essenciais. Também somos contra a terceirização de serviços, a gestão de serviços públicos por OSs, OSCs e OSCIPs, concessões e parcerias público-privadas.

Propomos a reestatização de empresas privatizadas como Enel, EMAE e Banespa, com o objetivo de recuperar o controle público sobre setores estratégicos da economia e garantir a prestação de serviços de qualidade à população. Além disso, defendemos a gestão pública dos serviços funerários, a educação, saúde, equipamentos culturais e parques, assegurando que estes continuem a atender à população com qualidade e garantia de acesso.

Valorização do Serviço Público e de Servidores

Defendemos a implementação de políticas para a valorização dos serviços públicos municipais de forma geral, incluindo a extinção da Secretaria Executiva de Desestatização e Parcerias. Propomos a abertura de concursos públicos para preencher vagas conforme as necessidades dos serviços, com a garantia de condições de trabalho dignas e a reversão imediata da privatização do serviço funerário.

Nos últimos anos, os servidores municipais têm sofrido com retirada de direitos e perdas salariais. Por isso, uma de nossas bandeiras de luta é garantir melhores condições de trabalho para os servidores públicos, reconhecendo sua importância e valorizando seu papel na prestação de serviços à sociedade.

Propomos planos de carreira justos, salários adequados, jornada de trabalho de 30 horas semanais, e o fim da precarização e das terceirizações. Além disso, defendemos a participação dos servidores na gestão dos serviços, a abertura de concursos públicos com reservas proporcionais à composição étnico-racial e de gênero da cidade, e o respeito às entidades sindicais e acordos coletivos. A revogação do confisco das aposentadorias do funcionalismo público municipal também é uma prioridade, pelo fim do SampaPrev.

Por uma Saúde Pública, Gratuita, Universal e Integral

Defendemos o fortalecimento do SUS com foco na atenção primária, enfatizando a importância das Unidades Básicas de Saúde e das Equipes de Saúde da Família. A saúde deve ser pensada além da cura de doenças, com ênfase na prevenção e promoção do bem-estar integral, abrangendo aspectos físicos, mentais, emocionais e sociais. Para isso, a política de saúde deve estar integrada com outras políticas sociais, como o acesso ao saneamento básico.

Propomos o fim das Parcerias Público-Privadas e a defesa de um SUS 100% público e gratuito, com administração direta pelo Estado. Será necessário realizar concursos para garantir que todos os profissionais de saúde sejam efetivos do quadro público, acabando com o déficit de pessoal e aumentando a qualidade do serviço.

Além disso, é fundamental garantir acesso ao abortamento legal e o fim da perseguição aos funcionários que realizam esse serviço. Também é preciso expandir as especialidades, oferecer medicamentos gratuitos e enfrentar a influência da indústria farmacêutica. Essas medidas visam uma saúde pública universal, integral e livre da influência privada.

Educação Pública, Gratuita e de Qualidade para Todas as Pessoas

Precisamos estabelecer um novo modelo educacional que desenvolva o intelecto, a cultura e a consciência crítica dos alunos, promovendo uma educação popular. Conferências Municipais de Educação devem envolver as comunidades escolares e garantir a participação coletiva nas decisões sobre a educação. A eleição das direções das escolas é essencial para fortalecer a democracia no ambiente escolar.

Estamos comprometidos com o fim do analfabetismo e com a promoção de uma educação de qualidade. É possível erradicar o analfabetismo por meio de programas que valorizem a educação como um Direito Humano, oferecendo bolsas extras para educadores e alunos, e fortalecendo a EJA com a participação de estudantes universitários em frentes de alfabetização.

Todos os profissionais da educação devem ter acesso à formação continuada e à valorização salarial, integrando o quadro efetivo dos servidores públicos. Devemos barrar a concessão de creches à iniciativa privada e as escolas cívico-militares, e garantir que os educadores da educação infantil sejam reconhecidos como professores.

Promoção da Cultura Popular, Esporte e Lazer para Todos

É preciso valorizar a cultura popular, garantindo o acesso a eventos e espaços culturais para toda a população. É necessário recompor o orçamento da cultura, reverter as privatizações de parques, Clubes da Comunidade e outros espaços culturais, além de fomentar editais que valorizem e incentivem iniciativas culturais locais. A valorização dos artistas independentes e coletivos de cultura é fundamental, garantindo sua participação na gestão cultural. A promoção da cultura é essencial para o desenvolvimento social e a inclusão de todos os cidadãos.

Nas áreas de esporte e lazer, é preciso aumentar o número de centros esportivos e reverter as privatizações que comprometem o acesso popular a esses espaços. Também é fundamental contratar mais profissionais de formação esportiva e fomentar a participação da juventude em atividades esportivas, garantindo que todos tenham oportunidades iguais de acesso a essas práticas, promovendo assim a saúde e o bem-estar da população.

Reforma Urbana e Moradia Popular

Nossa política habitacional vai além da construção de novas unidades, priorizando a criação de comunidades e a adaptação de prédios vazios para moradia popular. Lutamos pela garantia de que imóveis urbanos, terras e áreas abandonadas sejam usados para atender às

necessidades da população, cumprindo sua função social e não servindo à especulação imobiliária.

É essencial promover a urbanização, a melhoria das condições de habitabilidade ou o reassentamento de famílias em áreas de risco, assegurando que todos tenham acesso a moradia segura e digna. Defendemos a participação popular na elaboração das políticas habitacionais, fortalecendo os núcleos de base que organizam e mobilizam as comunidades em defesa de seus direitos.

A ocupação é um instrumento legítimo de luta por moradia, essencial para garantir que o direito à cidade seja uma realidade para todos. Nossa meta é construir uma reforma urbana que enfrente a especulação imobiliária, democratize o acesso à terra e promova uma sociedade mais justa e igualitária.

Nossa política habitacional vai além da construção de novas unidades, priorizando a criação de comunidades e a adaptação de prédios vazios para moradia popular. Lutamos pela garantia de que imóveis urbanos, terras e áreas abandonadas sejam usados para atender às necessidades da população, cumprindo sua função social e não servindo à especulação imobiliária. Defendemos a implementação do IPTU progressivo para imóveis abandonados ou subutilizados, como forma de combater a especulação e garantir a função social desses espaços.

É essencial promover a urbanização, a regularização fundiária e a melhoria das condições de habitabilidade ou o reassentamento de famílias em áreas de risco, assegurando que todos tenham acesso a moradia segura e digna. Também defendemos a participação popular na elaboração das políticas habitacionais, fortalecendo os núcleos de base que organizam e mobilizam as comunidades em defesa de seus direitos.

A ocupação é um instrumento legítimo de luta por moradia, essencial para garantir que o direito à cidade seja uma realidade para todos. Nossa meta é construir uma reforma urbana que enfrente a especulação imobiliária, democratize o acesso à moradia e à terra.

Transporte e Mobilidade Urbana

Propondo uma reestatização do sistema de transporte público e a criação de uma empresa municipal de transporte, buscamos melhorar a qualidade e a acessibilidade do transporte para todos. A implementação de um sistema ciclovitário e a combinação de diferentes meios de transporte são estratégias para garantir uma mobilidade urbana eficiente e sustentável.

Atualmente, o transporte é voltado principalmente para o deslocamento de força de trabalho e atende majoritariamente em horários comerciais. Para atender às diversas necessidades da

população, como lazer e acesso a serviços essenciais, é necessário redefinir sua função social e promover uma integração mais eficiente entre diferentes modais de transporte.

A reestatização do sistema de transporte público e a utilização da SPTrans como operadora municipal em vez de mera fiscalizadora, pode melhorar a qualidade e a acessibilidade do transporte para todos. É preciso reestatizar o transporte rodoviário e enfrentar a privatização do Metrô e da CPTM, promovendo a mobilização popular para garantir que o transporte atenda ao povo.

Defendemos a implementação da tarifa zero para tornar o transporte público acessível a todos. Essa medida, combinada com um sistema de transporte público integrado, ajudará a diminuir o uso de automóveis, melhorar o meio ambiente e promover a saúde física e mental dos cidadãos.

Preservação Ambiental Contra a Privatização da Vida

A preservação do meio ambiente e a promoção da qualidade de vida urbana devem ser prioridades em nossa política pública. O saneamento deve ser mantido como um serviço público, com a Sabesp desempenhando um papel central no tratamento de água e esgoto, garantindo acesso universal e de qualidade. A gestão de resíduos sólidos deve apoiar cooperativas e formas alternativas de gerenciamento, universalizando a coleta seletiva e proporcionando infraestrutura adequada para a coleta e processamento dos resíduos.

É necessário avançar na despoluição de córregos e rios, construir parques lineares ao longo dos leitos dos rios e implementar políticas de replantio de árvores, envolvendo a comunidade em projetos de arborização. Deve-se garantir a proteção da Mata Atlântica nativa e Áreas de Mananciais remanescentes na cidade, preservando sua biodiversidade e integrando-a ao planejamento urbano.

Devem ser firmemente rejeitadas as privatizações no setor ambiental, assegurando que áreas de proteção ambiental e terras indígenas recebam a proteção necessária e sejam integradas de maneira sustentável ao planejamento urbano. Este enfoque integrado visa garantir um ambiente mais saudável, sustentável e inclusivo para todos.

Segurança Pública, Fim da Violência e Desmilitarização das Polícias

A segurança pública em São Paulo requer uma transformação fundamental para proteger a vida e promover um ambiente mais justo e seguro para todos. É essencial desmilitarizar tanto a Polícia Militar (PM) quanto a Guarda Civil Municipal, substituindo a abordagem militarizada por uma proteção comunitária e respeitosa dos direitos humanos. A nova estrutura da Guarda

Municipal deve ser orientada para a defesa e proteção da população, com foco na promoção da segurança através da convivência comunitária e ações preventivas, em vez da repressão.

Devemos enfrentar a violência policial, combatendo o racismo estrutural e a repressão à população mais pobre, com políticas de segurança que priorizem a vida humana sobre a proteção da propriedade privada. A criação de um programa de formação antirracista para a Guarda Civil e a implementação de uma ouvidoria específica para casos de racismo são medidas necessárias para garantir a integridade e a justiça na atuação policial. Além disso, é fundamental combater as causas profundas da violência, como desemprego e desigualdade social, e promover políticas de geração de emprego, especialmente para a juventude periférica.

A segurança pública deve ser integrada com setores como direitos humanos e assistência social, adotando estratégias de policiamento comunitário e redução de danos. A ampliação da iluminação das vias públicas, utilizando energia sustentável, também é crucial para garantir a segurança nas áreas urbanas. Nosso objetivo é construir uma segurança pública que defenda a vida e a dignidade humana, promovendo uma convivência mais harmoniosa e justa nos bairros da cidade.

Direitos Humanos

Garantir políticas de memória, verdade, justiça e reparação é essencial para o fortalecimento da cidadania e da democracia no Brasil. O direito à memória permite que a sociedade conheça e reflita sobre sua história, promovendo um entendimento mais profundo das injustiças passadas e assegurando que essas lições não sejam esquecidas. A construção de uma política voltada para a preservação da memória e a reconstrução da verdade é fundamental para resgatar a história do período da ditadura militar fascista.

É importante revisar e retirar estátuas, nomes de ruas e praças que fazem referência a racistas e fascistas, garantindo que as homenagens públicas sejam dedicadas apenas a defensores do povo. Essas ações ajudam a construir uma memória histórica que realmente homenageia aqueles que lutaram pelos direitos humanos e pela justiça.

Além disso, é crucial implementar políticas eficazes para os direitos da população em situação de rua. Deve-se ampliar a oferta de abrigos e albergues que funcionem em tempo integral, fortalecer a política de saúde com consultórios na rua e garantir espaços públicos onde essa população possa descansar, se alimentar com qualidade e receber atendimento médico e educacional. É necessário garantir uma política habitacional para aqueles que desejam sair da situação de rua e acabar com a criminalização e a violência estatal contra essas pessoas.

Pela Vida das Mulheres

As mulheres são mais da metade da população brasileira, 44% da força de trabalho e 55% dos desempregados. Recebem em média 30% a menos que os homens. O Brasil é o quinto país em que mais mulheres são assassinadas. Essa violência se deve ao machismo estrutural da sociedade capitalista que coloca a mulher no lugar de propriedade privada e relega a elas o papel de exploração, opressão e cuidado nos espaços privados.

É necessária a garantia da Lei de igualdade salarial, para que as mulheres tenham acesso a trabalho e justa remuneração. Garantia de um programa habitacional para mulheres em situação de violência, criação de creches em período integral para que as mães possam trabalhar e estudar, lavanderias coletivas e restaurantes coletivos em cada bairro para que não pese tanto sobre os ombros das mulheres o trabalho do cuidado. Fomentar a criação de novos centros de referência e serviços especializados, garantindo apoio psicológico, educacional e laboral. É preciso a implementação integral da Lei Maria da Penha e da Política Nacional de enfrentamento à violência, fortalecendo os movimentos sociais e a luta das mulheres trabalhadoras.

Garantia dos direitos reprodutivos das mulheres: criação e ampliação de maternidades e centros de parto humanizado, planejamento familiar, acesso a métodos contraceptivos para prevenir gestação, sobretudo na adolescência e defender o direito ao aborto legal para as mulheres trabalhadoras, compreendendo como uma questão de saúde pública e de classe. Fim da perseguição aos funcionários que realizam o serviço.

Antirracismo e os Direitos dos Povos Negros e Originários

Promover o combate ao racismo e à intolerância religiosa será uma prioridade, com um enfoque em garantir acesso igualitário à educação, trabalho digno e saúde para os povos negros e originários. É preciso implementar políticas públicas robustas e enfrentar o racismo. A criação e fortalecimento de coordenadorias especializadas serão essenciais para assegurar que esses direitos sejam efetivamente protegidos e respeitados.

É fundamental promover medidas contra a intolerância às religiões de matriz africana, como o Candomblé e a Umbanda, assegurando a liberdade religiosa e o respeito por essas tradições. Além disso, a implementação da Lei 10.639/2003, que obriga o ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena nas escolas, ajudará a contar a verdadeira história e fortalecerá a consciência e identidade racial da população negra brasileira.

Serão necessários mais recursos para políticas de combate ao racismo, criando as condições necessárias para a implementação de projetos e ações direcionadas. A promoção da saúde da população negra também será uma prioridade, com foco em garantir acesso e tratamento adequados, impedindo a discriminação racial. Além disso, é preciso garantir a reserva de vagas em concursos públicos municipais para negros e indígenas, assegurando a inclusão e a representatividade no setor público.

Proteção e Direitos para a Comunidade LGBTIA+

A situação da população LGBTIA+ na cidade de São Paulo é alarmante. De acordo com pesquisa do Instituto Pólis, entre 2015 e 2023, houve um aumento de 970% nas notificações de violência contra essa população, incluindo violência física, psicológica e sexual. Essa realidade reflete um profundo preconceito social, agravado pela falta de direitos fundamentais, como acesso à educação básica e ao ensino superior, atendimento especializado na saúde, vagas de empregos de qualidade, moradia digna e assistência social. Além disso, a ausência de políticas efetivas de conscientização e combate à ideologia LGBTfóbica contribui para essa situação crítica.

Para enfrentar essa crise, é necessário implementar diversas medidas. Entre elas, a construção de casas abrigo e o fornecimento de aluguel social para pessoas trans e travestis em situação de prostituição são fundamentais. É crucial também promover campanhas contra a LGBTfobia e incentivar a contratação de pessoas trans e travestis no ambiente de trabalho. Outras ações incluem a criação de cotas para trans e travestis em concursos e universidades, garantia de acesso a todos os níveis de educação, e campanhas contra a violência. A formação de equipes docentes sobre o tema e a inclusão de informações sobre LGBTIA+ nos materiais didáticos e programas pedagógicos das escolas também são essenciais.

Além disso, é preciso garantir acesso à saúde de qualidade para a população LGBTIA+, com aumento do número de profissionais especializados, ampliação do fornecimento de medicamentos para tratamento de ISTs/AIDS e tratamento hormonal. É necessário também aumentar as vagas para cirurgias de reafirmação de gênero, fortalecer a rede de acompanhamento psicológico, proibir procedimentos cirúrgicos em pessoas intersexo sem consentimento, e punir quem cometer crimes de discriminação e violência contra LGBTIA+. A abertura de casas de referência e a formação de órgãos de segurança especializados são algumas das medidas que podem transformar a realidade dessa comunidade, e devem ser defendidas pelo conjunto dos trabalhadores e do povo.

Garantia de Direitos para Pessoas com Deficiência

Vamos garantir os direitos da população com deficiência com políticas amplas e integradas. Desde o atendimento de saúde qualificado até a acessibilidade e a inclusão no mercado de trabalho, nosso objetivo é assegurar que todas as pessoas com deficiência tenham uma vida digna e plena.

Devemos aumentar o número de escolas bilíngues com ensino de Libras, aumentar a presença de semáforos sonoros, tablets de leitura nas escolas, a presença em bibliotecas de materiais em braile. Adequação do viário das calçadas e pontos de ônibus.

Alimentação e Combate à Fome

Nosso objetivo é fortalecer e expandir as hortas populares e a agricultura familiar urbana e periurbana. Para alcançar isso, será criada a infraestrutura necessária para o escoamento da produção e estabelecidas feiras populares permanentes, que garantirão o acesso equitativo a alimentos saudáveis e acessíveis para toda a população. O incentivo ao desenvolvimento das hortas e à agroecologia é fundamental para promover uma alimentação sustentável e nutritiva.

Além disso, propomos a ampliação da rede de restaurantes populares, que deve se estender a todas as regionais e áreas com maior concentração de pobreza. Esse esforço visa garantir que as pessoas em situação de vulnerabilidade tenham acesso a refeições de qualidade, contribuindo para a redução das desigualdades alimentares. A integração com a produção agroecológica e a agricultura familiar será uma prioridade para assegurar que os alimentos fornecidos sejam frescos e saudáveis.

Para complementar essas iniciativas, o fortalecimento da política de aquisição de alimentos junto à agricultura familiar e aos assentamentos do MST será fundamental. Essas ações não apenas apoiam a economia local, mas também garantem uma oferta contínua de alimentos saudáveis e acessíveis. Com essas medidas, buscamos combater a fome e promover a justiça alimentar, garantindo que todos tenham acesso a uma alimentação digna e nutritiva.

Garantia de Trabalho Digno

Criar frentes emergenciais de trabalho e promover concursos públicos para gerar empregos dignos, utilizando mutirões comunitários e técnicos locais para resolver problemas estruturais da cidade. Apoiamos a reativação de empresas sob controle dos trabalhadores e a produção local, além de promover a redução da jornada de trabalho para seis horas com aumento geral dos salários.

Devemos destinar vagas aos jovens e oferecer cursos profissionalizantes, incentivando a criação de novos postos de trabalho. O desenvolvimento econômico local será fomentado através da valorização da economia solidária e do combate à desindustrialização. Iniciativas como Observatórios do Trabalho podem ajudar a qualificar e integrar grupos marginalizados ao mercado de trabalho, além de fiscalizar e garantir que as empresas respeitem os direitos dos trabalhadores e o meio ambiente.

Para apoiar pequenos produtores rurais urbanos, a administração municipal pode subsidiar a compra de produtos agroecológicos e criar empresas públicas de aplicativos de entrega e serviços, assegurando condições justas de trabalho. Essa abordagem visa fortalecer a economia local, melhorar as condições de vida dos trabalhadores e promover uma distribuição mais equitativa de oportunidades de emprego.

Justiça Fiscal: Quem Ganha Mais Paga Mais

É necessário implementar uma reforma tributária municipal para garantir que os mais ricos contribuam de forma mais justa para o financiamento dos serviços públicos. É crucial revisar as isenções fiscais atualmente concedidas a grandes empresas e bancos, que têm reduzido a capacidade de investimento do município em áreas essenciais como saúde, educação e infraestrutura. Deve-se realizar uma auditoria completa dessas isenções e estabelecer critérios rigorosos de responsabilidade social para novas concessões.

A reforma deve incluir a introdução de uma política fiscal progressiva, onde grandes propriedades e empresas pagarão impostos proporcionais ao seu porte e lucratividade. Ajustar o ITBI, ISS e IPTU para que sejam mais pesados sobre os que têm maior capacidade econômica é fundamental, enquanto isentar o pagamento do IPTU para famílias com renda per capita de até um salário mínimo ajudará a desonerar pequenas empresas e a população de baixa renda. Esta abordagem visa melhorar o equilíbrio social e garantir um impacto positivo sobre a economia local.

Também é necessário realizar uma auditoria da dívida municipal e cobrar rigorosamente as dívidas ativas de grandes bancos e empresas, sem oferecer parcelamento. Considerar a criação de um banco municipal ou cooperativa de crédito pode fortalecer a economia local e garantir serviços financeiros acessíveis. Com essas medidas, buscamos promover um sistema fiscal mais justo, redirecionar recursos para áreas prioritárias e apoiar um desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo.

Ruptura das Relações com Israel

Defendemos a ruptura das relações diplomáticas e comerciais entre São Paulo e Israel, em solidariedade ao povo palestino e em respeito aos princípios de justiça e direitos humanos. Essa medida visa demonstrar nosso compromisso com a luta contra a opressão e a violação dos direitos dos povos, em repúdio às violações dos direitos humanos e à ocupação ilegal dos territórios palestinos.

PELO PODER POPULAR E O SOCIALISMO

Lutamos por um novo sistema, por um novo modo de produção. Lutamos para que seja possível a felicidade e a solidariedade para a imensa maioria da população; por isso, lutamos pelo Socialismo.

O Socialismo trata-se de uma forma nova e superior de organização da sociedade, onde as terras, as fábricas, os bancos, as usinas, as grandes empresas, ou seja, os meios de produção, estejam sob controle da classe trabalhadora e dos povos. Somente assim é possível que nós, população trabalhadora, camponeses e povos do campo, tenhamos o controle do poder político em nosso país e, com isso, consigamos acabar com a exploração e opressão a que hoje somos submetidos.

Em palavras melhores, assim definia Lênin, grande líder da maior revolução da história, a Revolução Russa, o que é o Socialismo:

“Queremos alcançar uma nova e melhor organização da sociedade: nesta sociedade nova e melhor não deve haver nem ricos nem pobres; todos devem participar no trabalho. Não deve ser um punhado de ricos, mas todos os trabalhadores, a gozar os frutos do trabalho comum. As máquinas e outros aperfeiçoamentos devem facilitar o trabalho de todos e não enriquecer uns poucos à custa de milhões e dezenas de milhões de pessoas. Esta sociedade nova e melhor chama-se sociedade socialista. A doutrina sobre ela chama-se socialismo.”